RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO BRASIL: AVANÇOS, RETROCESSOS E DISPUTAS FORMATIVAS NAS RESOLUÇÕES CNE/CP Nº 2/2015, Nº 2/2019 E Nº 4/2024

Resumo

Introdução: A formação inicial de professores ocupa papel estratégico nas políticas educacionais brasileiras, especialmente diante das reformulações das Diretrizes Curriculares Nacionais ocorridas na última década. As Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024 evidenciam diferentes concepções de currículo, docência e profissionalização, refletindo mudanças políticas e educacionais. **Objetivo:** Analisar criticamente as transformações das políticas de formação inicial de professores no Brasil por meio da comparação das Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024, identificando avanços, retrocessos, permanências e implicações para a qualidade da formação docente. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, desenvolvida mediante investigação bibliográfica sistemática, documental exploratória, correlacional, descritiva e hipotético dedutiva. Análise baseada em documentos normativos e literatura científica, com foco em formação, currículo, prática pedagógica e desenvolvimento profissional. **Resultados:** Constatou-se que a Resolução CNE/CP nº 2/2015 adotou uma perspectiva crítico-reflexiva, valorizando a formação integral e a articulação entre teoria e prática. Em contrapartida, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 priorizou a formação por competências alinhada à Base Nacional Comum Curricular, recebendo críticas em razão de seu caráter tecnicista. Já a Resolução CNE/CP nº 4/2024 promoveu a retomada de princípios associados à formação integral, à inclusão, à diversidade e à valorização docente. **Conclusões:** As mudanças normativas analisadas revelam disputas em torno dos projetos de formação docente no Brasil. Embora tenham sido identificados avanços na retomada de princípios formativos mais abrangentes, permanecem desafios relacionados à implementação das políticas e à consolidação da educação.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores; Políticas Educacionais; Diretrizes Curriculares Nacionais; Profissionalização Docente; formação docente.

INITIAL TEACHER EDUCATION POLICIES IN BRAZIL: ADVANCES, SETBACKS, AND DEBATES ON TEACHER TRAINING APPROACHES IN CNE/CP RESOLUTIONS Nº. 2/2015, Nº. 2/2019, AND Nº. 4/2024

Abstract

Introduction: Initial teacher education plays a strategic role in Brazilian educational policies, especially in light of the revisions to the National Curricular Guidelines that have taken place over the last decade. CNE/CP Resolutions No. 2/2015, No. 2/2019, and No. 4/2024 highlight differing conceptions of curriculum, teaching, and professionalization, reflecting political and educational shifts. **Objective:** To critically analyze the transformations in initial teacher education policies in Brazil by comparing CNE/CP Resolutions No. 2/2015, No. 2/2019, and No. 4/2024, identifying advances, setbacks, continuities, and implications for the quality of teacher education. **Method:** This is a qualitative, basic research study conducted through systematic bibliographic, exploratory documentary, correlational, descriptive, and hypothetico-deductive investigation. The analysis is based on regulatory documents and scientific literature, focusing on teacher training, curriculum, pedagogical practice, and professional development. **Results:** It was found that CNE/CP Resolution No. 2/2015 adopted a critical-reflective

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

perspective, valuing holistic education and the integration of theory and practice. In contrast, CNE/CP Resolution No. 2/2019 prioritized competency-based training aligned with the National Common Curricular Base, drawing criticism for its technocratic nature. Meanwhile, CNE/CP Resolution No. 4/2024 promoted a return to principles associated with holistic education, inclusion, diversity, and the valuing of the teaching profession. **Conclusions:** The regulatory changes analyzed reveal ongoing debates regarding teacher education models in Brazil. Although progress has been identified in the return to more comprehensive formative principles, challenges remain regarding policy implementation and the consolidation of education.
Keywords: Initial Teacher Education; Educational Policies; National Curriculum Guidelines; Teacher Professionalization; Teacher Training.

POLÍTICAS PARA LA FORMACIÓN INICIAL DEL PROFESORADO EN BRASIL: AVANCES, RETROCESOS Y DISPUTAS SOBRE LA FORMACIÓN EN LAS RESOLUCIONES N.° 2/2015, N.° 2/2019 Y N.° 4/2024 DEL CNE/CP

Resumen

Introducción: La formación inicial del profesorado desempeña un papel estratégico en las políticas educativas brasileñas, especialmente a la luz de las reformulaciones de las Directrices Curriculares Nacionales ocurridas en la última década. Las Resoluciones CNE/CP N° 2/2015, N° 2/2019 y N° 4/2024 resaltan diferentes concepciones de currículo, enseñanza y profesionalización, reflejando cambios políticos y educativos. **Objetivo:** Analizar críticamente las transformaciones en las políticas de formación inicial del profesorado en Brasil mediante la comparación de las Resoluciones CNE/CP N° 2/2015, N° 2/2019 y N° 4/2024, identificando avances, retrocesos, continuidades e implicaciones para la calidad de la formación docente. **Método:** Este es un estudio de investigación cualitativa y básica, desarrollado mediante una investigación sistemática bibliográfica, exploratoria, correlacional, descriptiva e hipotético-deductiva. El análisis se basa en documentos normativos y literatura científica, centrándose en la formación, el currículo, la práctica pedagógica y el desarrollo profesional. **Resultados:** Se constató que la Resolución N° 2/2015 del CNE/CP adoptó una perspectiva crítico-reflexiva, valorando la educación integral y la articulación entre teoría y práctica. En contraste, la Resolución N° 2/2019 del CNE/CP priorizó la formación basada en competencias, alineada con el Currículo Nacional Común, lo que generó críticas debido a su carácter tecnocrático. Por otro lado, la Resolución N° 4/2024 del CNE/CP impulsó la recuperación de principios asociados a la educación integral, la inclusión, la diversidad y la valoración del profesorado. **Conclusiones:** Los cambios normativos analizados revelan controversias en torno a los proyectos de formación docente en Brasil. Si bien se identificaron avances en la recuperación de principios formativos más integrales, persisten desafíos relacionados con la implementación de políticas y la consolidación de la educación.
Palabras clave: Formación Inicial Del Profesorado; Políticas Educativas; Directrices Curriculares Nacionales; Profesionalización Docente; Formación Del Profesorado.

INTRODUÇÃO

As políticas de formação inicial de professores têm ocupado posição estratégica no cenário educacional brasileiro, especialmente em razão das sucessivas reformulações normativas que buscam responder às demandas sociais, políticas e pedagógicas da Educação Básica. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente constituem importantes instrumentos de regulação e orientação dos cursos de licenciatura,

refletindo diferentes concepções acerca do papel da docência, da organização curricular e da qualidade da educação.

Diante desse panorama, o presente artigo aborda o tema "Políticas de Formação Inicial de Professores no Brasil: Avanços, Retrocessos e Disputas Formativas nas Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024", partindo do seguinte problema de pesquisa: de que maneira as mudanças promovidas pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024 evidenciam avanços, retrocessos, permanências e disputas político-pedagógicas na formação inicial de professores no Brasil? Considera-se, como hipótese, que as alterações normativas observadas nesse período não representam apenas atualizações técnicas dos currículos das licenciaturas, mas expressam diferentes projetos de formação docente vinculados a concepções distintas de educação, currículo e profissionalização do magistério.

Nessa perspectiva, a relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender os impactos dessas mudanças para a qualidade da formação docente e para a consolidação de políticas educacionais comprometidas com a formação crítica, democrática e socialmente referenciada dos futuros professores. Ademais, o debate mostra-se atual em razão das recentes redefinições institucionais promovidas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, que reabriu discussões sobre autonomia universitária, valorização profissional, diversidade e articulação entre teoria e prática. Assim, o objetivo geral consiste em analisar criticamente as transformações ocorridas nas políticas de formação inicial de professores no Brasil, a partir do exame comparativo das Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024, identificando avanços, retrocessos, permanências e implicações para a qualidade da formação docente.

Em complemento, os objetivos específicos buscam: compreender os fundamentos políticos e pedagógicos presentes em cada resolução; identificar convergências e divergências entre os marcos normativos; analisar os efeitos das alterações curriculares para os cursos de licenciatura; e discutir os desafios contemporâneos relacionados à profissionalização docente. Quanto aos recortes da pesquisa, adota-se o recorte temporal compreendido entre os anos de 2015 e 2024, período marcado por significativas mudanças nas diretrizes nacionais de formação inicial, e o recorte geográfico correspondente ao contexto educacional brasileiro.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, desenvolvida mediante investigação bibliográfica sistemática, documental exploratória, correlacional, descritiva e hipotético dedutiva. Análise baseada em documentos normativos e literatura científica, com foco em formação, currículo, prática pedagógica e desenvolvimento profissional. Para tanto, são examinados os conteúdos das resoluções em questão à luz das contribuições teóricas sobre formação de professores e políticas educacionais, buscando compreender as disputas formativas que atravessam a construção das políticas públicas voltadas à docência. Por fim, o artigo está estruturado em seções que contemplam o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos resultados e as considerações finais, permitindo uma compreensão crítica das transformações recentes ocorridas na formação inicial de professores no Brasil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, desenvolvida mediante investigação bibliográfica sistemática, documental exploratória, correlacional, descritiva e hipotético dedutiva. Análise baseada em documentos normativos e literatura científica, com foco em formação, currículo, prática pedagógica e desenvolvimento profissional., uma vez que busca compreender os significados, fundamentos e implicações das

transformações normativas ocorridas na formação inicial de professores no Brasil. Segundo Antonio Carlos Gil (2025), as pesquisas qualitativas possibilitam a interpretação aprofundada de fenômenos sociais complexos, favorecendo a análise das relações existentes entre contextos, documentos e processos institucionais. Nessa perspectiva, o estudo fundamenta-se em revisão de literatura do tipo narrativa e em pesquisa documental, tendo como corpus principal as Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024, complementadas por artigos científicos, livros, pareceres e documentos produzidos por entidades acadêmicas vinculadas ao campo da formação docente. Conforme destaca Rômulo Terminelis da Silva (2026), a pesquisa documental permite examinar registros oficiais e fontes primárias, contribuindo para a compreensão histórica e contextual do objeto investigado. Dessa forma, a escolha metodológica mostra-se coerente com o objetivo de identificar avanços, retrocessos, permanências e disputas formativas presentes nas políticas educacionais analisadas.

No que se refere ao tratamento dos dados, foi adotada a técnica de Análise de Conteúdo, amplamente empregada em estudos qualitativos que buscam interpretar mensagens, significados e discursos presentes em documentos institucionais. De acordo com Laurence Bardin (2022, p. 48), a Análise de Conteúdo corresponde a um "conjunto de técnicas de análise das comunicações", permitindo a produção de inferências fundamentadas sobre os conteúdos investigados. Assim, o processo analítico foi desenvolvido por meio das etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados, possibilitando o agrupamento das informações em categorias temáticas. Entre as categorias definidas para a investigação destacam-se: concepção de formação docente, organização curricular, prática pedagógica, desenvolvimento profissional, autonomia universitária, diversidade e inclusão. Corroborando essa perspectiva, Silva (2026) afirma que a definição prévia de categorias de análise favorece maior rigor científico e sistematização dos dados. Desse modo, os procedimentos adotados asseguram consistência metodológica ao estudo e contribuem para a compreensão crítica das mudanças ocorridas nas políticas de formação inicial de professores no contexto brasileiro contemporâneo.

PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO E ANÁLISE

A estrutura metodológica da pesquisa está organizada a partir dos seguintes elementos:

a) pesquisa classificada quanto aos objetivos como descritiva e analítica;

b) abordagem de natureza qualitativa voltada à interpretação de documentos normativos e produções científicas;

c) revisão de literatura do tipo narrativa, fundamentada em obras e artigos especializados sobre formação docente;

d) utilização da pesquisa documental como principal técnica de coleta de dados, considerando as Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024;

e) emprego de fontes bibliográficas complementares, incluindo livros, artigos científicos e documentos institucionais;

f) adoção da Análise de Conteúdo como técnica de tratamento e interpretação dos dados coletados;

g) organização das informações em categorias analíticas relacionadas à formação docente, currículo, prática pedagógica, autonomia universitária e profissionalização do magistério.

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

Delineamento da Pesquisa

O delineamento da pesquisa está fundamentado em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, desenvolvida por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2025), esse tipo de delineamento permite examinar fenômenos sociais complexos a partir de diferentes fontes de informação, favorecendo uma compreensão aprofundada do objeto investigado. A escolha da revisão narrativa da literatura possibilitou reunir contribuições teóricas relevantes acerca das políticas de formação de professores, enquanto a análise documental permitiu examinar os dispositivos normativos que orientaram as mudanças ocorridas entre 2015 e 2024. A partir dessa combinação metodológica, tornou-se possível identificar convergências, divergências e disputas de concepções presentes nas diretrizes nacionais para formação inicial docente.

Contexto da Pesquisa

A investigação está inserida no campo das políticas educacionais brasileiras e tem como contexto central as transformações ocorridas na formação inicial de professores da Educação Básica no período compreendido entre 2015 e 2024. Esse recorte temporal contempla a vigência das Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024, marcos normativos que expressam diferentes concepções de formação docente e distintos projetos educacionais. O contexto analisado também envolve debates sobre currículo, profissionalização docente, autonomia universitária, diversidade, inclusão e implementação da Base Nacional Comum Curricular, temas que influenciaram significativamente a formulação das políticas educacionais voltadas às licenciaturas brasileiras.

Corpus da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, não houve participação direta de sujeitos humanos. Os documentos analisados constituíram a principal fonte de investigação, sendo representados pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024, além de produções acadêmicas especializadas relacionadas à formação de professores e às políticas educacionais. Assim, o foco da análise concentrou-se nos conteúdos normativos, discursos institucionais e interpretações teóricas produzidas por pesquisadores da área, permitindo examinar criticamente as concepções formativas presentes nos documentos e suas implicações para a formação inicial docente.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA E EDUCACIONAL.

A formação inicial de professores configura-se como um campo permeado por tensões, disputas e diferentes projetos de educação, uma vez que as políticas públicas destinadas à formação docente refletem concepções distintas sobre o papel da escola, do currículo e da própria função social do professor. Nesse sentido, a definição de diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura ultrapassa aspectos meramente técnicos ou administrativos, assumindo dimensão política ao expressar interesses, valores e perspectivas que orientam a organização dos sistemas educacionais. Assim, compreender a formação de professores requer analisar os contextos históricos e políticos que influenciam a formulação das políticas educacionais e os rumos atribuídos à profissionalização docente.

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

Nessa perspectiva, Imbernón (2024) destaca que as transformações sociais, culturais e tecnológicas características do século XXI têm imposto novos desafios à docência, exigindo processos de formação que promovam a capacidade de análise crítica e adaptação às mudanças presentes no campo educacional. Para o autor, o exercício da profissão docente demanda uma preparação que permita compreender e problematizar tanto a realidade educacional quanto os contextos que influenciam a prática pedagógica. Dessa forma, a formação de professores ultrapassa a mera aquisição de habilidades técnicas, envolvendo também o desenvolvimento de dimensões éticas, sociais e políticas fundamentais para uma atuação profissional consciente e comprometida com a transformação da realidade educacional.

Além disso, os processos de elaboração curricular são fortemente influenciados pelos contextos políticos nos quais são produzidos. As reformas educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil demonstram que as mudanças nas diretrizes de formação docente acompanham projetos governamentais específicos e diferentes concepções de qualidade educacional.

Nesse contexto, pesquisas recentes evidenciam que as políticas voltadas à formação de professores têm sido permeadas por disputas entre diferentes concepções educacionais. De um lado, encontram-se perspectivas que valorizam a formação crítica e reflexiva do docente; de outro, propostas fundamentadas em princípios de padronização curricular, avaliação por desempenho e mecanismos de responsabilização.

Nesse cenário, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 foi instituída em meio a um processo de reconfiguração das políticas educacionais brasileiras, gerando intensos debates no campo da educação. Conforme analisam Lino, Arruda e Araújo (2025), a normativa suscitou manifestações contrárias de entidades acadêmicas e organizações educacionais, que apontaram possíveis impactos sobre a concepção e a identidade da formação docente. As autoras destacam que o período foi marcado por significativos confrontos e movimentos de resistência por parte dos diversos atores do campo educacional, em defesa de um modelo formativo comprometido com uma perspectiva ampla e crítica da profissão docente.

Sob outra perspectiva, a relação entre formação docente e projetos de sociedade torna-se particularmente relevante quando se observam as recentes disputas em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais. Estudos contemporâneos indicam que as políticas de formação de professores constituem espaços de disputa hegemônica, nos quais diferentes atores buscam definir quais conhecimentos, valores e práticas devem orientar a atuação docente. De acordo com Sampaio, Martínez e Jardilino (2026), as diretrizes de formação aprovadas entre 2015 e 2024 revelam "tendências e aspectos antagônicos que se envolvem com uma trajetória de severa disputa hegemônica" (Sampaio; Martínez; Jardilino, 2026, p. 1), demonstrando que os modelos de formação docente oscilam entre perspectivas de caráter crítico-emancipatório e orientações alinhadas às demandas do mercado.

Dessa forma, constata-se que a formação de professores não constitui um campo neutro, mas um espaço de permanente disputa política e educacional. Consequentemente, a análise das políticas de formação docente permite compreender não apenas as transformações curriculares ocorridas nos cursos de licenciatura, mas também os projetos de sociedade e de educação que buscam orientar a construção da docência no Brasil contemporâneo.

A Profissionalização Docente e a Construção da Identidade do Professor

A profissionalização docente constitui um processo histórico, social e político que envolve a consolidação de conhecimentos especializados, competências pedagógicas, valores éticos e reconhecimento social da docência como profissão. Nesse contexto, a formação inicial

desempenha papel fundamental na construção da identidade profissional do professor, uma vez que representa o espaço em que são desenvolvidos os saberes necessários ao exercício da prática educativa e à compreensão crítica da realidade escolar. Assim, a discussão sobre profissionalização docente ultrapassa a dimensão técnica do ensino e passa a abranger aspectos relacionados à autonomia profissional, à valorização do magistério e à capacidade de intervenção dos professores nos processos educacionais.

Sob essa perspectiva, as transformações ocorridas nas políticas de formação de professores têm provocado debates acerca dos conhecimentos e das competências que devem orientar a formação inicial. Em uma sociedade marcada por rápidas mudanças sociais, culturais e tecnológicas, à docência exige processos formativos que favoreçam a reflexão crítica sobre a prática e o desenvolvimento permanente da profissão.

Nesse sentido, Francisco Imbernón (2024) defende que a formação docente deve possibilitar aos professores compreender as complexidades do contexto educacional contemporâneo e assumir um papel ativo na construção de sua identidade profissional. Segundo o autor, "os professores devem preparar-se para assumir estas novas funções e analisar criticamente a realidade educativa e a que rodeia a profissão", evidenciando que a constituição da identidade docente está associada à capacidade de refletir sobre a prática, colaborar com os pares e responder aos desafios da educação contemporânea. Dessa maneira, compreende-se que a formação inicial não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos, mas envolve processos contínuos de aprendizagem que contribuem para a construção de uma identidade profissional sólida, crítica e comprometida com a transformação social.

Além disso, a profissionalização relaciona-se diretamente aos saberes que fundamentam a prática pedagógica. Os estudos contemporâneos sobre formação docente apontam que o trabalho do professor envolve a mobilização de conhecimentos científicos, curriculares, didáticos e experienciais, os quais são continuamente ressignificados no cotidiano escolar. Nessa direção, Maurice Tardif (2023) argumenta que os saberes docentes são produzidos em múltiplos espaços formativos e resultam da interação entre conhecimentos acadêmicos e experiências vivenciadas no exercício da profissão. Segundo o autor, os saberes profissionais constituem um patrimônio construído socialmente, sendo indispensáveis para a compreensão das demandas educacionais contemporâneas. Tal entendimento reforça a necessidade de modelos formativos que promovam a articulação entre teoria e prática, condição essencial para o fortalecimento da profissionalização docente.

Por conseguinte, a construção da identidade profissional docente está diretamente relacionada aos processos formativos vivenciados ao longo da trajetória acadêmica e profissional dos professores. Nessa perspectiva, Pimenta e Severo (2022) defendem que a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento humano e profissional, no qual conhecimentos teóricos, experiências pedagógicas e práticas reflexivas se articulam na constituição da profissão. Para os autores, a identidade do professor é construída social e historicamente, sendo influenciada pelas condições de trabalho, pelos contextos educativos e pelas experiências formativas.

Sob esse enfoque, à docência ultrapassa a dimensão instrumental do ensino e assume caráter intelectual, crítico e transformador. Dessa maneira, a formação inicial deve favorecer a produção de conhecimentos pedagógicos, o desenvolvimento da autonomia profissional e a capacidade de análise crítica da realidade escolar, possibilitando que os futuros professores atuem de forma consciente e comprometida com a qualidade social da educação. Assim, a identidade docente constitui-se em um processo permanente de construção e reconstrução profissional, alimentado pela reflexão sobre a prática e pela participação ativa nos espaços educativos.

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

Dessa forma, as contribuições de Tardif, Nóvoa e Pimenta permitem compreender que a profissionalização docente não se restringe à obtenção de um diploma ou ao domínio de procedimentos pedagógicos. Pelo contrário, trata-se de um processo contínuo de construção identitária sustentado por saberes especializados, experiências profissionais e práticas reflexivas. Consequentemente, as políticas de formação inicial de professores assumem papel estratégico na consolidação de uma docência capaz de responder, de maneira crítica e fundamentada, às demandas educacionais da sociedade contemporânea.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial de professores constituem instrumentos normativos fundamentais para a organização dos cursos de licenciatura no Brasil, uma vez que estabelecem princípios, fundamentos e orientações destinados à formação dos profissionais que atuarão na Educação Básica. Historicamente, a construção dessas diretrizes esteve diretamente relacionada às mudanças políticas, sociais e educacionais ocorridas no Brasil, refletindo diferentes entendimentos sobre a profissão docente, a organização curricular e os padrões de qualidade da educação.

A compreensão do percurso histórico das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) revela-se essencial para a análise das discussões atuais sobre a formação de professores e das mudanças normativas promovidas pelo Conselho Nacional de Educação. Nesse sentido, a evolução da legislação educacional brasileira evidencia um processo contínuo de adequação às demandas sociais e educacionais de diferentes períodos. A formação docente, por sua vez, passou por sucessivas reformulações, voltadas ao aperfeiçoamento dos processos formativos. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), foram fortalecidas as iniciativas destinadas à construção de referências nacionais para a formação de professores em nível superior, visando garantir maior qualidade, articulação e coerência na preparação dos profissionais da educação.

Conforme assinalam Ana Maria Mendes Sampaio, María Elena Martínez e José Rubens Lima Jardilino (2026), as diretrizes formuladas entre 2015 e 2024 revelam diferentes concepções de formação e expressam disputas relacionadas aos projetos educacionais em curso no país. Segundo os autores, as políticas analisadas apresentam "tendências e aspectos antagônicos que se envolvem com uma trajetória de severa disputa hegemônica", evidenciando que as DCNs não se limitam à dimensão técnica do currículo, mas refletem interesses políticos e concepções distintas de educação.

Além disso, a evolução normativa da formação docente brasileira tem sido marcada pela busca de equilíbrio entre a valorização dos fundamentos teóricos da educação e as exigências relacionadas ao desenvolvimento da prática profissional. Nesse sentido, as Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024 representam marcos regulatórios importantes por expressarem diferentes entendimentos sobre a organização dos cursos de licenciatura. Ao analisar esse movimento, Francisco Imbernón (2024) destaca que os desafios contemporâneos da docência exigem processos formativos capazes de articular conhecimento científico, reflexão crítica e compromisso social. De acordo com o autor, "os professores devem preparar-se para assumir estas novas funções e analisar criticamente a realidade educativa e a que rodeia a profissão". Tal entendimento reforça a necessidade de diretrizes curriculares que favoreçam uma formação ampla e alinhada às complexidades da educação contemporânea.

Por conseguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE) desempenha papel central na elaboração e atualização dessas diretrizes, atuando como órgão responsável pela

formulação de normas que orientam os sistemas educacionais brasileiros. Sua atuação influencia diretamente a organização curricular dos cursos superiores de formação de professores, estabelecendo parâmetros que impactam instituições formadoras, docentes e estudantes. Estudos recentes indicam que as decisões do CNE têm sido objeto de intenso debate entre pesquisadores e entidades educacionais, especialmente em períodos de mudanças políticas e reformas curriculares. Conforme observam Lucilia Augusta Lino, Maria da Conceição Calmon Arruda e Adriana Cabral Pereira de Araújo (2025), as alterações promovidas nas políticas de formação docente entre 2019 e 2023 desencadearam processos de resistência e mobilização por parte da comunidade acadêmica. Segundo as autoras, esse período foi caracterizado por "resistências e embates das entidades do campo educacional", demonstrando que a definição das diretrizes curriculares permanece fortemente vinculada às disputas existentes no campo educacional.

Dessa maneira, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores devem ser compreendidas como construções históricas e políticas que expressam diferentes concepções de docência e de educação. Consequentemente, a análise de sua trajetória normativa permite identificar avanços, permanências e desafios que continuam influenciando a formação docente no Brasil, sobretudo diante das recentes transformações promovidas pelas políticas educacionais contemporâneas.

Análise Comparativa das Resoluções CNE/CP nº 2/2015 e nº 2/2019

As Resoluções CNE/CP nº 2/2015 e nº 2/2019 representam marcos distintos na trajetória das políticas de formação inicial de professores no Brasil, evidenciando diferentes concepções acerca da docência, da organização curricular e do papel da formação superior na preparação dos profissionais da Educação Básica. Embora ambas tenham sido elaboradas com o propósito de orientar os cursos de licenciatura, seus fundamentos teóricos e metodológicos revelam perspectivas divergentes acerca da profissionalização docente e da qualidade da educação. Dessa forma, a análise comparativa desses documentos possibilita compreender as transformações ocorridas nas políticas educacionais brasileiras e suas implicações para a formação dos futuros professores.

No que se refere aos fundamentos e princípios formativos, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 foi estruturada com base em uma concepção de formação integral, valorizando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a compreensão da docência como prática social complexa. Em contrapartida, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 passou a enfatizar o desenvolvimento de competências profissionais alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aproximando a formação docente das políticas de padronização curricular. Nesse sentido, Ana Maria Mendes Sampaio, María Elena Martínez e José Rubens Lima Jardilino (2026) observam que as diretrizes aprovadas entre 2015 e 2024 apresentam concepções antagônicas de formação, evidenciando disputas entre perspectivas crítico-emancipatórias e orientações associadas às demandas do mercado educacional. Segundo os autores, as políticas de formação revelam uma "trajetória de severa disputa hegemônica" entre diferentes projetos educacionais.

Quanto à organização curricular e à carga horária, as diferenças entre os dois documentos tornam-se igualmente expressivas. A resolução de 2015 defendia uma formação mais ampla, fundamentada nos conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais necessários ao exercício da docência. Já a resolução de 2019 reorganizou o currículo das licenciaturas a partir das competências e habilidades previstas na BNCC, estabelecendo maior alinhamento entre a formação dos professores e o currículo da Educação Básica. A esse respeito, estudos

contemporâneos indicam que essa mudança produziu intenso debate acadêmico em torno da autonomia universitária e da redução dos espaços destinados à reflexão crítica no âmbito da formação inicial.

No que diz respeito à prática pedagógica e ao estágio supervisionado, ambas as resoluções reconhecem a importância da aproximação entre universidade e escola. Entretanto, a Resolução nº 2/2015 compreendia a prática como componente transversal do processo formativo, favorecendo a integração entre teoria e experiência profissional. Por outro lado, a Resolução nº 2/2019 enfatizou a preparação para o desempenho profissional mediante referenciais previamente definidos, privilegiando a formação baseada em resultados e competências. Conforme destaca Francisco Imbernón (2024), os desafios atuais da profissão docente exigem processos formativos que permitam aos futuros professores analisar criticamente a realidade educacional e atuar diante de contextos diversos. Para o autor, "os professores devem preparar-se para assumir estas novas funções e analisar criticamente a realidade educativa e a que rodeia a profissão".

Em relação às concepções de competência e aprendizagem, observa-se que a principal ruptura entre os documentos está na centralidade atribuída a esses conceitos. A Resolução de 2015 priorizava a formação humana, ética e crítica dos licenciandos, compreendendo a aprendizagem como fenômeno complexo e contextualizado. Em contraste, a Resolução de 2019 atribuiu maior destaque ao desenvolvimento de competências profissionais associadas ao desempenho docente e à implementação da BNCC. Tal direcionamento passou a ser interpretado por diversos pesquisadores como uma aproximação entre as políticas de formação docente e as tendências gerencialistas observadas em reformas educacionais internacionais.

Por conseguinte, as críticas acadêmicas e institucionais dirigidas à Resolução CNE/CP nº 2/2019 constituem um dos aspectos mais relevantes desse debate. Entidades científicas, associações educacionais e pesquisadores da área argumentaram que a nova diretriz representava um afastamento dos princípios democráticos e críticos que orientavam a resolução anterior. Nessa direção, Lucilia Augusta Lino, Maria da Conceição Calmon Arruda e Adriana Cabral Pereira de Araújo (2025) afirmam que a implementação da normativa de 2019 desencadeou significativos movimentos de resistência no campo educacional. De acordo com as autoras, o período foi marcado por "resistências e embates das entidades do campo educacional" diante das mudanças promovidas na formação docente.

Diante dessas considerações, verifica-se que as Resoluções CNE/CP nº 2/2015 e nº 2/2019 expressam projetos formativos distintos, refletindo disputas políticas, pedagógicas e curriculares presentes no cenário educacional brasileiro. Enquanto a primeira enfatiza a formação crítica e a valorização da autonomia universitária, a segunda prioriza uma perspectiva orientada por competências e alinhada aos referenciais curriculares nacionais. Consequentemente, a análise comparativa desses documentos contribui para compreender os avanços, retrocessos e tensões que caracterizam a formulação das políticas contemporâneas de formação inicial de professores.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 e os Novos Rumos da Formação Docente

A aprovação da Resolução CNE/CP nº 4/2024 representa um marco relevante no processo de reformulação das políticas de formação inicial de professores no Brasil, especialmente por ocorrer em um contexto de revisão das diretrizes instituídas pela Resolução CNE/CP nº 2/2019. A nova normativa emerge em meio a intensos debates acadêmicos, institucionais e políticos sobre os rumos da formação docente, refletindo demandas de

entidades científicas, universidades e movimentos educacionais que reivindicavam a retomada de uma concepção de formação mais ampla, crítica e articulada aos princípios da educação pública. Nesse cenário, a reformulação das diretrizes evidencia que as políticas de formação docente permanecem como um espaço de disputas conceituais e ideológicas, no qual diferentes projetos educacionais buscam influenciar a organização curricular das licenciaturas.

Sob essa perspectiva, o contexto político e social que envolveu a elaboração da Resolução nº 4/2024 foi marcado pela reabertura das discussões sobre os limites da formação baseada exclusivamente em competências e pelo fortalecimento de propostas voltadas à valorização da profissão docente. De acordo com Ana Maria Mendes Sampaio, María Elena Martínez e José Rubens Lima Jardilino (2026), as transformações ocorridas entre 2015 e 2024 revelam diferentes concepções de formação que oscilam entre orientações voltadas ao mercado e perspectivas centradas na formação do professor como intelectual crítico. Os autores destacam que as diretrizes analisadas expressam "tendências e aspectos antagônicos que se envolvem com uma trajetória de severa disputa hegemônica". Tal compreensão permite interpretar a Resolução nº 4/2024 como resultado de um movimento de reconfiguração das políticas educacionais brasileiras.

Nesse processo, observa-se a recuperação de princípios formativos presentes em debates históricos sobre a profissionalização docente, especialmente aqueles relacionados à articulação entre teoria e prática, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e à formação humana integral. Ao discutir os desafios atuais da profissão docente, Francisco Imbernón (2024) afirma que "os professores devem preparar-se para assumir estas novas funções e analisar criticamente a realidade educativa e a que rodeia a profissão". Essa perspectiva reforça a importância de processos formativos que ultrapassem abordagens estritamente técnicas e promovam a construção de profissionais capazes de compreender criticamente os fenômenos educacionais contemporâneos.

Outro aspecto relevante da Resolução nº 4/2024 refere-se à valorização da diversidade, da inclusão e da justiça social como princípios estruturantes da formação inicial. A nova normativa amplia o reconhecimento das diferenças culturais, étnico-raciais, territoriais e sociais presentes na realidade brasileira, defendendo a necessidade de preparar professores para atuar em contextos plurais e complexos. Tal direcionamento aproxima-se das agendas educacionais contemporâneas voltadas à equidade e ao fortalecimento do direito à educação, reconhecendo a escola como espaço de promoção da cidadania e da transformação social.

Entretanto, apesar dos avanços identificados, a implementação efetiva da Resolução nº 4/2024 apresenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a necessidade de adequação curricular das instituições formadoras, a garantia de condições estruturais para o desenvolvimento das licenciaturas e a consolidação de políticas permanentes de valorização docente. Nessa direção, Lucilia Augusta Lino, Maria da Conceição Calmon Arruda e Adriana Cabral Pereira de Araújo (2025) observam que as recentes discussões acerca da formação de professores foram marcadas por intensos movimentos de resistência e defesa da qualidade da formação docente, evidenciando a importância da participação das entidades educacionais na formulação das políticas públicas. As autoras destacam a existência de "resistências e embates das entidades do campo educacional" diante das mudanças normativas ocorridas nos últimos anos.

Diante desse quadro, as perspectivas futuras para a formação inicial de professores apontam para a necessidade de consolidar um modelo que articule sólida formação teórica, compromisso ético, valorização da diversidade e desenvolvimento profissional contínuo. Assim, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 representa não apenas uma alteração normativa, mas também uma tentativa de reconstruir princípios formativos historicamente defendidos pelos

pesquisadores da área educacional. Consequentemente, seu êxito dependerá da capacidade das instituições formadoras e dos sistemas educacionais de transformar os princípios previstos na legislação em práticas efetivas que contribuam para o fortalecimento da profissão docente e para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise documental das Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024 evidenciam que as políticas de formação inicial de professores no Brasil sofreram mudanças significativas ao longo da última década, refletindo distintos projetos educacionais e diferentes concepções acerca da docência. A comparação dos documentos permitiu identificar alterações nos fundamentos formativos, na organização curricular, na compreensão da prática pedagógica e na própria identidade profissional atribuída ao professor. Verificou-se que a Resolução CNE/CP nº 2/2015 está fundamentada em uma perspectiva crítico-reflexiva, priorizando a formação humana integral e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse modelo, à docência é compreendida como prática social complexa, exigindo sólida formação científica, pedagógica e ética. Em contrapartida, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 introduziu uma concepção centrada no desenvolvimento de competências e habilidades vinculadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), direcionando a formação inicial para padrões de desempenho profissional previamente estabelecidos. A análise também demonstrou que essa mudança provocou intenso debate acadêmico, especialmente em relação à autonomia das instituições formadoras e à redução dos espaços destinados à reflexão crítica. Por sua vez, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 surge em um contexto de reavaliação das políticas educacionais, promovendo a retomada de princípios relacionados à formação crítica, à valorização docente, à diversidade e à inclusão, sem abandonar completamente os referenciais curriculares nacionais.

A discussão dos resultados revela que as diferenças identificadas entre as três resoluções ultrapassam aspectos meramente normativos, estando associadas a disputas políticas, pedagógicas e ideológicas sobre o papel da educação pública e da formação de professores no país. Observou-se que a Resolução nº 2/2015 reforçava uma concepção de professor intelectual, pesquisador e agente de transformação social, enquanto a Resolução nº 2/2019 aproximava a formação docente de modelos orientados pela lógica das competências e da responsabilização educacional. Já a Resolução nº 4/2024 demonstra um movimento de equilíbrio entre essas perspectivas, ao recuperar elementos ligados à autonomia universitária, à formação integral e à justiça social.

Nesse sentido, os resultados corroboram estudos recentes que apontam a existência de tensões permanentes entre modelos de formação voltados para a emancipação crítica e propostas centradas na eficiência curricular e no atendimento das demandas do sistema educacional. Além disso, verificou-se que a implementação efetiva das diretrizes permanece como um desafio para as instituições formadoras, uma vez que fatores como infraestrutura, financiamento, valorização profissional e políticas de permanência acadêmica influenciam diretamente a qualidade da formação oferecida. Dessa forma, conclui-se que as transformações normativas analisadas representam não apenas mudanças regulatórias, mas também diferentes concepções de sociedade, educação e profissão docente, contribuindo para a compreensão dos desafios contemporâneos da formação inicial de professores no Brasil.

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo analisar criticamente as transformações ocorridas nas políticas de formação inicial de professores no Brasil, por meio do exame comparativo das Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024. A partir da análise realizada, foi possível responder ao problema de pesquisa, identificando que as mudanças normativas ocorridas nesse período expressam distintas concepções de formação docente, refletindo disputas pedagógicas, curriculares e políticas acerca do papel do professor, da educação pública e da finalidade da formação inicial.

Os resultados evidenciaram que a Resolução CNE/CP nº 2/2015 consolidou uma perspectiva fundamentada na formação crítica, na valorização da pesquisa e na articulação entre teoria e prática. Em contraste, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 promoveu uma reorganização curricular orientada pela lógica das competências e habilidades, fortalecendo o alinhamento da formação docente aos referenciais curriculares nacionais. Por sua vez, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 demonstrou a intenção de recompor dimensões consideradas essenciais para a formação integral dos futuros professores, destacando aspectos relacionados à inclusão, à diversidade, à valorização profissional e ao compromisso social da educação.

Nesse contexto, a hipótese inicialmente formulada foi confirmada, uma vez que as alterações normativas analisadas revelam a coexistência de diferentes projetos educacionais que influenciam diretamente a estrutura dos cursos de licenciatura e a construção da identidade profissional docente. Assim, verificou-se que as transformações observadas não se restringem a ajustes técnicos ou administrativos, mas representam mudanças significativas nos fundamentos que orientam a formação de professores no país.

Como contribuição teórica e prática, este estudo amplia a compreensão sobre a evolução das políticas de formação inicial docente no Brasil, oferecendo subsídios para pesquisadores, gestores educacionais, instituições formadoras e profissionais da educação. Além disso, contribui para o fortalecimento do debate sobre a necessidade de políticas públicas que garantam uma formação crítica, democrática e socialmente comprometida.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações por concentrar-se na análise documental das resoluções e da literatura especializada, não contemplando a investigação empírica de sua implementação em cursos de licenciatura ou dos impactos efetivos dessas políticas na prática formativa. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos à luz do recorte teórico e metodológico adotado.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise dos efeitos da Resolução CNE/CP nº 4/2024 nas instituições de ensino superior, investiguem os impactos das mudanças curriculares na formação dos licenciandos e examinem as percepções de professores, estudantes e gestores envolvidos nos processos formativos. Tais estudos poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios e das possibilidades da formação docente no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

Conclui-se, portanto, que a compreensão das políticas de formação inicial de professores exige uma análise articulada entre suas dimensões normativas, sociais, políticas e educacionais. Nesse sentido, as Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 4/2024 constituem importantes marcos para compreender os caminhos percorridos pela formação docente brasileira, reforçando a necessidade de políticas que promovam a valorização da profissão docente, a qualidade da educação e a formação integral dos futuros professores.

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 8. ed. Barueri, SP: Atlas, 2026.

IMBERNÓN, Francisco. Formação de professores e políticas educacionais. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 22, 2024. DOI: 10.23925/1809-3876.2024v22e65534.

LINO, Lucilia Augusta; ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; ARAÚJO, Adriana Cabral Pereira de. *Políticas de formação de professores no Brasil: resistências e embates 2019-2023*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 41, n. 1, 2025. DOI: 10.21573/vol41n12025.140476.

PIMENTA, Selma Garrido; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. *Pedagogia: teoria, formação, profissão*. São Paulo: Cortez, 2022.

Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Brasília, DF, 16 maio 2006.

Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Brasília, DF, 2 jul. 2015.

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília, DF, 23 dez. 2019. Resolução CNE/CP nº 4, de 3 de maio de 2024. Brasília, DF, 6 maio 2024.

SAMPAIO, Ana Maria Mendes; MARTÍNEZ, María Elena; JARDILINO, José Rubens Lima. As diretrizes curriculares de formação de professores(as) (2015-2024): cenário de influências e concepções em disputa. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 31, 2026.

SILVA, Rômulo Terminelis da. *Metodologia da pesquisa: caracterização e técnicas, fundamentos da pesquisa científica, finalidade, abordagem, métodos e procedimentos*. 2. ed. Juiz de Fora, MG: Arcadia Consultoria & Editora, 2026.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Submetido em agosto de 2026
Aprovado em novembro de 2026

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Nome do autor: Roberto de Queiroz Lopes
Grau de escolaridade: Mestre em Educação Agrícola
Afiliação institucional: - Instituto Federal de Roraima. Roraima, Brasil.
E-mail: roberto.lopes@ifrr.edu.br.
ORCID: https://orcid.org/ 0009-0003-9999-9191.
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/3846274434185519

RCE REVISTA CIENTÍFICA EDUCA@ÇÃO
ISSN 2526-8716

Nome do autor: Moacir Augusto de Souza
Grau de escolaridade: Doutorando em Educação - Logos University. Paris, França.
Afiliação institucional: Logos University International, Unilogos
E-mail:
moacir_roraima@hotmail.co
m
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2843-3310.
Link Lattes: CV: https://lattes.cnpq.br/9197794801495155.

Nome do autor: Rômulo Terminelis da Silva
Grau de escolaridade: Pós-doutorando em Educação, com Ênfase em Educação Física - Logos University. Paris, França.,
Afiliação institucional: Logos University International, Unilogos/
Universidade Estadual de Roraima-UERR.
E-mail:
drromuloterminelis@hotmail.com.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8911-5880.
Link Lattes: https://lattes.cnpq.br/4752175092618809.